



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

### **RELATÓRIO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**Projeto de Lei nº 58/2022**

#### **I – Exposição da Matéria**

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Sr. Prefeito, que ***“Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para utilização de créditos adicionais Suplementares no valor de R\$ 200.000,00 no Orçamento Programa para 2.022 e dá outras providências”***.

O projeto está acompanhado de justificativa, na qual consta que a presente medida visa a autorização para utilizar autorização pede autorização para incluir no orçamento 2022 um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) na ficha de nº 1988 no programa Atenção Básica da Saúde para aquisição de material de consumo. O valor será utilizado na aquisição de materiais e insumos de enfermagem, insumos odontológicos, material de limpeza. EPI entre outros, que compõe o bloco de custeio das ações e serviços públicos de saúde.

O crédito provém de excesso de arrecadação provocado pela emenda parlamentar feito pelo Relator do Orçamento da União, nos termos da Portaria nº 4.182 de 31/12/2021 e da portaria 1263 de 18 de junho de 2021 que normatiza a aplicação de emendas parlamentares ao SUS via Fundo Nacional de Saúde.

#### **I – Análise**

Primeiramente, constata-se que a matéria tratada no projeto é de competência municipal, face ao interesse local evidente, encontrando respaldo nos artigos 30º, 37º, e 61º da Constituição Federal 88.

Verifica-se também, que a iniciativa de proposições que disponham sobre aberturas de



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *"Palácio 24 de Março"*

créditos suplementares e especiais é competência privativa do Executivo, estando, portanto, de acordo com as disposições do art. 47, XI, XVII, cumulativamente com os artigos, art. 170 incisos IV do Regimento Interno, bem como a alínea "d", do artigo 26 da Lei Orgânica do Município de Monte Mor, os quais dispõem que a iniciativa referente a este Projeto é do Prefeito, se não vejamos:

"Art.170. É da competência privativa do Prefeito a iniciativa das leis que disponham sobre:

IV – o Plano Plurianual, **as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento anual, bem como a abertura de créditos suplementares e especiais;**" (grifado)

"Art. 26. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer Vereador ou Comissão, ao Prefeito e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.:

**d) estabelecimento do plano plurianual, das diretrizes orçamentárias, dos orçamentos anuais, do plano diretor e de créditos suplementares e especiais."** (grifado)

Assim, o artigo 41 da Lei 4.320/64, que classifica os créditos adicionais e prevê a possibilidade de abertura de créditos suplementares e especiais e, extraordinários; destinados a despesas urgentes e imprevistas, bem como em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública. São autorizados por lei ou provenientes de excesso de arrecadação; desde que existentes os recursos disponíveis e justificativas para tanto, condições estas contempladas na propositura em tela.

A legislação autoriza a abertura de créditos suplementares e especiais, devendo, no entanto, serem observadas as exigências legais contidas nos artigos 42 e 43 do mesmo diploma legal, que vincula a abertura do crédito à existência de recursos disponíveis e exposição justificada de motivo, vejamos;



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

Art. 41. Os créditos adicionais classificam-se em:

- I - suplementares, os destinados a reforço de dotação orçamentária;
- II – especiais, os destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica;
- III – extraordinários, os destinados a despesas urgentes e imprevistas, em caso de guerra, comoção intestina ou calamidade pública.

Em se tratando de créditos suplementares que se destinam a reforço de dotação orçamentária, posto que a despesa foi prevista em lei orçamentária, mas projetada em montante menor do que o efetivamente necessário, qual depende de autorização legislativa.

Nada impede que o Prefeito encaminhe o projeto de lei, devidamente justificado, solicitando nova suplementação, a qual deverá ser analisada com a devida cautela e ponderação pela Câmara Municipal e aprovada somente se for essencial à continuidade dos serviços públicos, a fim de não caracterizar a abertura de créditos ilimitados.

Destaco ainda que, uma vez que está dentro das funções do Poder Legislativo fiscalizar os gastos públicos, nada impede que a Câmara Municipal, na análise do projeto de lei que autoriza a abertura da referida suplementação, pondere sobre a própria finalidade de planejamento e de controle inerente à legislação orçamentária, visto que não deve existir uma falta de planejamento tão desordenado.

A epígrafe, ementa e preâmbulo se encontra dentro das orientações da Lei Complementar Federal 95 de 1998 (artigos 4º, 5º e 6º) e do artigo 160 da Lei Orgânica do Município, incluindo assinatura do autor que foi feito digitalmente. O objeto da norma está explícito no artigo 1º do projeto, como determina o Art. 7º da LCF 95 e o conceito técnico do objeto



## *Câmara Municipal de Monte Mor*

*“Palácio 24 de Março”*

(crédito adicional suplementar) corresponde as definições dada pelo Art. 41 da Lei Federal 4.320, pois a inclusão de crédito suplementar é realizado para reforço de dotação orçamentária já prevista para o orçamento em execução. O projeto pede a convalidação do PPA e da LDO com a inclusão da propositura caso seja aprovada.

Quanto à técnica legislativa, a propositura está de acordo com os artigos 148, 149, 150, 160, 169, 173, 200 e 201 da Resolução 02/2012) e está devidamente grafada e de forma concisa em relação ao objeto da propositura, conforme a Lei Complementar Federal 95/98 e Lei Orgânica do Município, artigos 8º, 24, 26, 31, 45 e 67 e Lei Municipal 2.885 de 2021. Não há que se falar em cláusula de revogação, muito pelo contrário, ela pede a convalidação do PPA e da LDO com a inclusão da propositura aprovada, seguindo o caput do artigo 10 da Lei Municipal 2885 de 2021. A cláusula de vigência está devidamente redigida no Art. 4º.

Assim, o quadro detalhado das despesas em folhas 23/43 referente ao Orçamento aprovado para o exercício 2022, consta no projeto/atividade 2305 (incremento temporário MAC-EMENDAS a ficha 1988 para material de consumo (339030), apesar do saldo zerado, demonstra que se respeitou o inciso I do Art. 41º da Lei Federal 4.320/64.

Por fim, resta salientar que, mesmo a matéria sendo legal e constitucional, não contendo vícios que impeçam a sua tramitação, é imprescindível a realização de **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, pela comissão de Finanças e Orçamento, conforme determinado na Art. 48 incisos I da Lei 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), e por tratar de matéria orçamentária dando assim transparência aos atos da gestão.

Saliento, que a audiência pública é considerada como o mais moderno e democrático instrumento, que permite ao legislador e ao administrador público municipal, a abertura de um espaço para que todas as pessoas que possam sofrer os reflexos de suas decisões tenham oportunidade de se manifestarem antes do desfecho do processo legislativo.



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

Além da relevância, a realização de audiência pública é uma exigência legal contida no artigo 44 da Lei Federal no 10.257/2001, que estabelece o princípio da gestão participativa na elaboração da legislação orçamentária que consiste na realização de debates, audiências públicas e consultas públicas como condição obrigatória para a aprovação da legislação orçamentária na Câmara Municipal.

Art. 44. No âmbito municipal, a gestão orçamentária participativa de que trata a alínea f do inciso III do art. 40 desta Lei incluirá a realização de debates, audiências e consultas públicas sobre as propostas do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e do orçamento anual, como condição obrigatória para sua aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 42 Para os fins desta Lei, serão utilizados, entre outros instrumentos:

- I – planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- II – planejamento das regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões;
- III – planejamento municipal, em especial:
  - a) plano diretor;
  - b) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo;
  - c) zoneamento ambiental;
  - d) plano plurianual;
  - e) diretrizes orçamentárias e orçamento anual;
  - f) gestão orçamentária participativa;

Ressaltando, a necessidade de serem efetuadas audiências públicas, quantas forem necessárias para atingir o objetivo de ciência da comunidade e sanar todas as dúvidas



# *Câmara Municipal de Monte Mor*

## *“Palácio 24 de Março”*

existentes.

Diante do exposto, não se vislumbra óbice ao pretendido, uma vez que é de responsabilidade do Executivo Municipal, cabendo a este responder perante o Egrégio Tribunal de Contas do Estado de São Paulo por eventual excesso. Portanto, visto que o presente projeto de lei atende aos pressupostos legais, sob o aspecto jurídico, encontra-se apto a ser aprovado até o presente momento.

### **III- Voto do Relator**

Pelo exposto, conclui-se que, não há nenhuma afronta aos princípios constitucionais, legais e à boa técnica legislativa, porém ressalta-se a necessidade de audiência pública já feita pela CFO, sendo encaminhado à Comissão de Finanças e Orçamento essa proposição e ao Presidente da Câmara para providências.

Monte Mor, 05 de maio de 2022.





# *Câmara Municipal de Monte Mor*

*"Palácio 24 de Março"*

VALDIRENE  
JOANDSIN  
DA  
SILVA:2854  
2661885

Assinado de  
forma digital por  
VALDIRENE  
JOANDSIN DA  
SILVA:285426618  
85  
Dados: 2022.05.05  
11:06:49 -03'00'

**Wal da Farmácia**

**Presidente da Comissão de Justiça e Redação**

**Relatora**

FABIO GIGLI  
RABECHINI:3  
0692071890

Assinado de forma  
digital por FABIO GIGLI  
RABECHINI:306920718  
90  
Dados: 2022.05.05  
14:01:06 -03'00'

**Pavão da Academia**

**Vice-presidente da Comissão de Justiça e Redação**

CAMILLA  
HELLEN DE  
SOUZA  
SOARES:3228  
4393802

Assinado de forma  
digital por CAMILLA  
HELLEN DE SOUZA  
SOARES:322843938  
02  
Dados: 2022.05.06  
14:58:14 -03'00'

**Camilla Hellen**

**Secretária da Comissão de Justiça e Redação**